

# POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



*Esta seção analisa as disputas entre o governo Bolsonaro e o Congresso, abordando também a tramitação da Reforma da Previdência, E apresenta a insatisfação da opinião pública com os cem dias do governo e suas medidas, aumento da percepção da desigualdade e avanço do Brasil no ranking de intolerância e falta de liberdade de imprensa.*

## **Impasses na reforma da Previdência**

Em abril o governo demonstrou dificuldades na articulação política de sua agenda no Poder Legislativo, em especial após entrar em rota de colisão com Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados no final de março. Com o início da tramitação da Reforma da Previdência na casa, projeto controverso e que retira direitos, o governo teve dificuldades até com os deputados ligados ao empresariado ou comprometidos com pautas neoliberais e de direita, que cobraram diálogo por parte do governo. Isso se deu tanto no centrão, bloco conservador e fisiológico presente em peso na Câmara e no Senado, como até no partido do presidente da República, o PSL.

Durante todo o conflito ficou evidente que o discurso antipolítico que permitiu eleger este governo não se concilia com a realidade política da relação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, seja do ponto de vista do diálogo em torno das propostas, que o presidente se recusou a fazer já na campanha eleitoral, seja em relação à cobrança dos partidos de

centro e direita por mais espaço no governo ou por emendas parlamentares, instrumentos de negociação no modelo presidencialista brasileiro.

Calcado na promessa vazia de uma nova política, o governo na realidade se valeu tanto para se eleger, como agora para governar, do discurso que criminaliza a política e aspectos fundamentais do funcionamento da democracia, como o pluralismo, o debate e o diálogo. Após a crise com Maia, ficou evidente que o objetivo do governo era transferir o ônus da aprovação de uma reforma perversa e impopular - que retira o direito fundamental à aposentadoria e tirará votos daqueles que nela votarem - para os próprios deputados e para o Poder Legislativo como um todo.

Para garantir que a proposta, apresentada por meio da PEC 6/2019, seguisse tramitando, o governo retirou quatro pontos da reforma, sendo estes o fim da obrigatoriedade de recolhimento de FGTS de aposentados, a definição do foro de Brasília para ações judiciais sobre questões previdenciárias, a re-

tirada da definição de aposentadoria compulsória da Constituição e a exclusividade do Executivo para propor mudanças na Previdência. Como a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, onde o projeto estava até então, não julga o mérito e sim a constitucionalidade da proposta, tais pontos foram retirados para acelerar a aprovação do relatório da Comissão.

Informações veiculadas na imprensa após a aprovação do relatório na CCJ, no dia 23, já apontam que o governo prometeu para cada deputado que votasse a favor quarenta milhões de reais em emendas. Na comissão, o debate político seguiu interdito, com manobras regimentais controversas que serão contestadas pela oposição no Supremo Tribunal Federal, de acordo com líderes dos partidos do bloco.

Com a realidade batendo à porta e tendo a Reforma como o primeiro grande desafio político do governo, visto que há a necessidade de atender os anseios daqueles que apoiaram sua candidatura, em especial o mercado financeiro, a prática pode subverter o discurso. Resta saber qual o impacto de tais práticas em sua base social mais radical e que viu em Bolsonaro o representante da antipolítica que pregam.

### **Aumenta descontentamento com governo**

O mês de abril foi marcado pela passagem dos cem dias de governo e os principais institutos de pesquisa de opinião pública do país aferiram a avaliação de governo e a expectativa dos brasileiros com as principais medidas anunciadas. Institutos que atuam em âmbito internacional situaram o Brasil em rankings internacionais nos quesitos de desigualdade, intolerância política e liberdade de imprensa.

Uma série de indicadores negativos apontam para a conclusão de que o Brasil passa por um momento difícil, com a pior avaliação de governo desde a democratização para o período. A crise econômica e ausência de credibilidade se reflete na percepção de aumento da desigualdade. Aos que diziam que bastava tirar Dilma e o PT para que o país voltasse a crescer, faltam argumentos razoáveis para explicar por que, passados três anos do impeachment de Dilma e um ano da prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não há nenhum sinal de melhora.

Para além da crise econômica, o que se percebe

é também uma crise do sistema político e da democracia, agravadas pelo golpe e por uma disputa eleitoral desonesta.

Aos cem dias de governo, o Datafolha mostrou que 32% consideram o governo Bolsonaro ótimo ou bom, 33% regular e 30% ruim ou péssimo. O Vox Populi seguiu a mesma tendência com 24% de avaliação negativa do governo Bolsonaro, 34% positiva e o mesmo índice como regular. Já o desempenho pessoal de Jair Bolsonaro foi considerado regular por 39% da população.

Segundo a Vox, um terço da população (34%) se considera pró-Bolsonaro, o mesmo índice se considera neutro (34%) e 30% se dizem anti-Bolsonaro. Quase dois terços dos entrevistados (61%), consideram que Bolsonaro fez menos do que o esperado, 22% disseram que ele cumpriu o esperado e para 13% Bolsonaro fez mais do que o esperado.

Para 31% a situação econômica do Brasil piorou nos últimos meses, 22% consideram que melhorou e 20% que ficou igual, enquanto a situação econômica pessoal de metade dos entrevistados (51%) não mudou, piorou para 29% e melhorou para 20%.

Mais da metade da população ouvida pelo Vox Populi (57%) afirma que o Brasil está no caminho errado e Lula é o melhor presidente que o Brasil já teve (48%) e 55% reconhecem que prisão se deu por motivos políticos e que Moro o prendeu para impedir que fosse candidato a presidente (49%).

Na mesma data a CUT-Vox Populi apurou que 65% dos brasileiros são contra a proposta de reforma da Previdência de Bolsonaro, que praticamente acaba com o direito à aposentadoria. Os pontos mais rejeitados da reforma são a obrigatoriedade da idade mínima de 65 anos para os homens e 62 anos para as mulheres, rejeitado por 73%; assim como o aumento do tempo mínimo de contribuição de ambos de quinze para vinte anos; a necessidade de contribuir por quarenta anos para receber 100% do valor do benefício, com 81% de rejeição e 69% são contra o modelo de capitalização.

Segundo o Datafolha, em pesquisa realizada entre 2 e 3 de abril, 51% rejeitam a reforma da Previdência e 41% são favoráveis. A rejeição à idade mínima de 62 anos para mulheres é de 65% e 53% são contra os

65 anos de idade para homens se aposentarem. A maioria também é contrária ao tempo de contribuição de quarenta anos, mas 66% apoiam a cobrança de alíquotas mais altas de quem ganha mais.

A pesquisa também mediu o apoio da população ao pacote anticrime do ministro da Justiça Sérgio Moro. Ainda que o governo tenha sido eleito com base no combate à criminalidade, a “licença para matar” não tem apoio popular (leia mais na página 16). A pesquisa constatou que 64% acham que a arma de fogo deveria ser proibida porque representa ameaça à vida de outras pessoas e 72% não se sentem mais seguros se as pessoas estiverem armadas. Apenas 27% dos entrevistados já cogitaram comprar uma arma e 20% pensam em comprar após o governo ter flexibilizado as regras.

No que diz respeito à ação da polícia, a grande maioria (81%) avalia que não pode ter liberdade para atirar em suspeitos porque podem matar inocentes, 79% concordam que policiais que matam devem ser investigados e 82% pensam que, mesmo sob forte emoção, quem atira em alguém deve ser punido.

A pesquisa “Nós e as desigualdades” divulgada em abril pela ONG Oxfam Brasil, em parceria com o Instituto Datafolha, ouviu 2.086 pessoas entre os dias 12 e 18 de fevereiro de 2019. Segundo o estudo, o Estado tem papel fundamental no enfrentamento à redução da desigualdade, 86% da população acreditam que o progresso do Brasil está condicionado à redução da desigualdade entre ricos e pobres e 84% concordam que é obrigação dos governos diminuir a diferença entre os muito ricos e os muito pobres.

Para construir um Brasil mais justo e solidário, 77% concordam com o aumento dos impostos de pessoas muito ricas para financiar políticas sociais, 75% apoiam a universalidade do ensino público fundamental e médio e 73% defendem universalidade para atendimento em postos de saúde e hospitais.

Como outro aspecto da desigualdade, a discriminação racial e de gênero também é amplamente percebida, uma vez que 71% admitem que a Justiça é mais dura com negros e 52% concordam que negros ganham menos por serem negros, enquanto 64% consideram que o fato de ser mulher impacta negativamente a renda.

Para dois terços da população “fé religiosa”, “estudar” e “acesso à saúde” são as três prioridades para uma vida melhor, no entanto 57% não acreditam que as desigualdades diminuirão nos próximos anos.

Um levantamento feito pelo Instituto Ipsos constatou que a polarização política no Brasil atingiu um índice de intolerância que supera a média internacional. O levantamento foi feito com 19,7 mil entrevistados, entre 16 e 64 anos em 27 países onde o instituto atua, sendo cerca de mil com brasileiros.

A pesquisa mostrou que os brasileiros estão menos propensos a aceitar as diferenças e que o radicalismo nas discussões político-partidárias é alto. Para 84% dos brasileiros o Brasil está dividido e diferenças políticas e econômicas são as principais causas da polarização. O Brasil está em sétimo lugar, empatado com Estados Unidos, Polônia e Espanha. Em primeiro lugar, aparece a Sérvia, seguida por Argentina, Chile e Peru.

Segundo o instituto, 32% dos brasileiros acreditam que não vale a pena tentar conversar com pessoas que tenham visões políticas diferentes das suas. O índice alcançado pelo Brasil nesta questão é maior do que quase todos os países pesquisados, onde a média foi 24%, ficando atrás apenas da Índia (35%) e África do Sul (33%).

Quatro em cada dez brasileiros se sentem mais confortáveis junto a pessoas que têm pensamentos similares aos seus. Os 31% com visão política diferente das suas não se importam com o futuro do Brasil e 39% concordam com a frase “quem tem visão política diferente de mim foi enganado”, 39% acreditam que pessoas não vão mudar de opinião ainda que evidências contrárias sejam apresentadas.

O nível de intolerância política afeta as diversas relações pessoais, sejam elas familiares ou profissionais, e interações nas redes sociais. As divergências políticas associadas a “valores e princípios” se multiplicaram após as eleições do ano passado e 44% dos brasileiros acreditam que o Brasil está se tornando mais perigoso do que há vinte anos.

Segundo o diretor da Ipsos Brasil, Marcos Calliari, o debate político está se reduzindo, a cultura do diálogo está sendo desestimulada. É necessário transformar opiniões distintas em diálogo construtivo.

No dia 18 de abril a ONG Repórteres Sem Fronteiras divulgou o ranking de liberdade de imprensa de 2019, mostrando que o Brasil perdeu três posições e agora ocupa a 105ª posição entre 180 nações. A apresentação do documento se deu em meio à polêmica com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de retirar do ar reportagem do site O antago-

nista e da revista Crusoé, que apontavam suposta ligação do presidente do STF, Dias Toffoli, com a Odebrecht, no âmbito de inquérito para apurar notícias falsas e crimes contra a honra de ministros da corte. Essa realidade pode ser facilmente constatada no Brasil, com o aumento de casos de ameaças e morte de profissionais de imprensa.